

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO TÉCNICA VOCACIONAL BRASILEIRA (1900-1982)

Maria Odete Pereira Mundim

Aluna do curso de Mestrado
da Faculdade de Educação da UFU

Resumo: O resgate histórico sobre a educação técnica vocacional no Brasil no período de 1900 a 1982 é o objetivo desse estudo que foi desenvolvido para subsidiar, teoricamente, pesquisa em andamento no curso de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia sobre a criação da Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais. O recorte temporal está demarcado pelo período de aceleração do processo de industrialização do país, início do século XX, com a conseqüente exigência do mercado pela criação de escolas de ensino técnico, e o ano de 1982, quando foi retirada a condição compulsória da habilitação profissional no 2.º grau, o que provocou, além de uma indefinição na sistematização desse nível de ensino, a inviabilização do funcionamento da maioria das instituições técnicas vocacionais no Brasil. O desenvolvimento desse estudo se constituiu, inicialmente, na leitura de autores que abordam a relação educação-trabalho no mundo capitalista para, apreendendo a forma como tal embate se concretizou na educação técnico-profissionalizante brasileira, compreender melhor o surgimento dessa modalidade de ensino no país; a etapa seguinte coube à construção textual do tema pesquisado.

O sistema capitalista de produção existe em decorrência da expansão progressiva do mercado, do alargamento supranacional das relações de troca e da dinamização dos meios de comunicação humana abertos pelo comércio internacional.ⁱ

Para a sua consolidação é necessário que algumas condições materiais estejam colocadas, como a acumulação do capital (dinheiro) e o surgimento de uma massa de trabalhadores livres. No cenário mundial essas condições foram se estabelecendo na medida, principalmente, do desenvolvimento industrial.

O capitalismo e a industrialização trouxeram consigo um enorme aumento da riqueza e empurraram as fronteiras da humanidade em direção a limites inimagináveis, com distorções calamitosas na distribuição de renda, nas economias, nas culturas e nas formas de trabalho entre as nações do planeta.ⁱⁱ

Sobre o trabalho, numa sociedade capitalista a classe detentora do capital e/ou da terra, monopoliza os instrumentos de produção e sujeitam às demais classes a sua dominação e exploração.

A escola capitalista, por sua vez, prepara o trabalho que alentará o capital. A educação qualifica a força de trabalho, ampliando sua capacidade produtiva. Quando o capitalista defende a democratização das oportunidades de ensino, ele está defendendo seu interesse de classe. As condições da sociedade moderna requerem uma classe trabalhadora preparada para operar equipamentos modernos e tecnologia avançada. Se as leis trabalhistas limitam o número de horas que o trabalhador pode trabalhar, aumenta-se a produtividade do trabalho introduzindo novas tecnologias e maquinarias,ⁱⁱⁱ desenvolvendo novos instrumentos de produção, preparando mão-de-obra adequada, qualificando na escola ou nas fábricas e/ou oficinas. Isso exige crescente habilitação da mão-de-obra.

No Brasil, a acumulação de capital proveniente da produção agrária, conjugado ao estabelecimento de um regime republicano, a abolição da escravatura e o crescimento industrial no final do século XIX foram fatores que favoreceram a consolidação do capitalismo no país.

Nesse contexto, as condições estabelecidas na relação educação-trabalho, no Brasil, se pautaram no âmbito de interesses do sistema capitalista de produção. À educação coube preparar o trabalhador para o trabalho qualificando-o para a obtenção de rendimentos mais

condizentes com o objetivo de aumentar a sua capacidade de produzir, assegurando ao capitalista condições para tomar para si as vantagens econômicas advindas desse processo.^{iv}

A partir dos primeiros anos do século XX, ocorreu uma aceleração no ritmo evolutivo industrial.^v

Esse crescimento no setor industrial demandava uma oferta maior de mão-de-obra especializada. Assim, num momento de pressão pela industrialização do país, o Presidente da República, Nilo Peçanha, assinou o Decreto n.º 7.566 de 23 de setembro de 1909, que criava dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada Estado da Federação, mantidas pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria e oferecia gratuitamente à população o ensino profissional primário.^{vi}

O Recenseamento Geral da República de 1920 demonstrou que existiam 13.336 indústrias instaladas no país empregando 275.512 operários.^{vii} Havia a necessidade urgente de criação de escolas para a qualificação desses operários que compreendia, em sua grande maioria, de trabalhadores provenientes do campo ou de imigrantes.

Os empresários defensores da industrialização, como forma de colocar o país na direção do desenvolvimento econômico e social, clamavam pela obrigatoriedade do ensino profissional.

Em 1917, a prefeitura do Distrito Federal criou a Escola Normal de Artes e Ofícios “Venceslau Brás” com a finalidade de preparar professores, mestres e contramestres para as escolas de ensino profissional.^{viii}

As Escolas de Aprendizes Artífices serviram como modelo de ensino profissional para a constituição das escolas técnicas em todo o país.

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo concretizou a proposta de industrialização das escolas profissionais. Suas oficinas, de escolares no início, passaram a ser exclusivamente de interesse fabril, mantendo apenas o ensino primário noturno para os aprendizes.^{ix} No Rio de Janeiro o Instituto João Alfredo foi a referência para as reformas

educacionais tanto de 1928, de Fernando de Azevedo, quando se especializou em “Instituto Profissional Eletrotécnico e Mecânico”, quanto de 1932, com Anísio Teixeira, ao tornar-se uma escola técnica secundária. ^x

No governo de Getúlio Vargas foi criado em 1930, o Ministério da Educação e da Saúde, iniciando uma reestruturação na educação brasileira. No âmbito do ensino profissional, foi instituída a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, órgão controlador das escolas de aprendizes transformado em 1934, na Superintendência do Ensino Profissional. ^{xi}

O Ministro da Educação e da Saúde, Francisco Campos promoveu uma reforma no sistema de ensino brasileiro dando uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. ^{xii}

Porém, apesar do significativo avanço na estruturação do ensino brasileiro, a Reforma Francisco Campos omitiu o ensino industrial, e mostrou uma desarticulação entre os cursos profissionais e o ensino secundário, sendo que somente este possibilitava o acesso ao ensino superior.

No entanto, as mudanças deflagradas por essa reforma, suscitaram muitos debates em torno da necessidade de se estabelecer diretrizes para a educação nacional, como forma de promover o desenvolvimento do país. Isso levou à divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no Brasil, assinado por vários intelectuais da época como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira dentre outros. A escola profissional, no pensamento dos pioneiros, restabeleceria, entre os homens, o espírito de disciplina e solidariedade, constituindo o trabalho como a maior escola de formação do caráter dos indivíduos. ^{xiii}

A Constituição de 1937, seguindo a ideologia educacional capitalista de preparação em maior escala de mão-de-obra para as novas funções abertas pelo mercado que prevalecia naquele momento, tornou legal uma realidade na sociedade brasileira, ou seja, a

dualidade entre o trabalho manual e o intelectual ao definir em seu Art. 129 que o “ensino profissional estava destinado às classes menos favorecidas”.^{xiv}

A organização do ensino público iniciada por Francisco Campos teve prosseguimento com a Reforma do ensino promovida pelo Ministro Gustavo Capanema, através da aprovação de vários Decretos a partir de 1942, nos quais foram criadas as Leis Orgânicas (Ensino Industrial, Comercial e Agrícola), o SENAI e o SENAC.^{xv}

No estado de São Paulo, o Decreto n.º 38.643 de 3 de fevereiro de 1961, criava os Ginásios Vocacionais. O projeto inovador procurava desenvolver nos alunos o espírito crítico, o interesse pelo estudo e pela pesquisa, a formação de atitudes e a promoção da solidariedade e cooperação.^{xvi}

Essa proposta inovadora, porém, não resistiu às imposições do governo autoritário que se instalou no país a partir de 1964. A experiência foi taxada de subversiva e vários diretores dessas escolas foram presos. O Decreto estadual n.º 52.460 de 05 de junho de 1970 extinguiu o ensino renovado em todas as escolas estaduais. Foram nomeados interventores para os Ginásios Vocacionais que, doravante, adotariam um regime didático comum às demais escolas públicas.^{xvii}

A Lei n.º 4.024 de Diretrizes e Base da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1961, definiu pela primeira vez na história da educação brasileira a articulação entre os ensinos secundário e profissional, permitindo a qualquer aluno que concluísse o secundário ou o profissional tivesse acesso ao curso superior. Estabeleceu a possibilidade de instalação de cursos pré-técnicos, com duração de um ano, cujas disciplinas foram regulamentadas pela Portaria DEI 22 BR, de 27 de março de 1962; a Portaria DEI 26 BR, de 7 de março de 1962 tornou obrigatório o estágio para os alunos do curso técnico na indústria e fixou, também, as disciplinas de caráter geral obrigatórias para o curso técnico.^{xviii}

Em 11 de agosto de 1971 a Lei n.º 5.692 reformou o ensino de 1º e 2º graus no país, substituindo a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico pela habilitação

profissional compulsória. Além da característica propedêutica, essa Lei estabeleceu o sentido da terminalidade, ou seja, permitia aos alunos a preparação tanto para seguirem seus estudos no ensino superior como lhe proporcionava uma habilitação profissional.^{xix}

A falta de recursos materiais e humanos para adequar as escolas às novas concepções, levaram os governos estaduais e municipais a pressionarem o Conselho Federal de Educação a rever a questão da habilitação profissional compulsória no ensino de 1.º e 2.º graus que, após estudos, emitiu o parecer 76/1975 sobre esse assunto.^{xx}

Em 18 de outubro de 1982, um projeto encaminhado pelo MEC foi aprovado pelo Congresso Nacional e se transformou na Lei n.º 7.044/1982, que manteve em seus artigos a obrigatoriedade de preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, no 1º e 2.º graus e retirou a condição universal e compulsória na habilitação profissional no 2.º grau: "A preparação para o trabalho, no ensino de 2.º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino".^{xxi}

A partir daí às escolas bastaria incluir atividades, tais como visitas a empresas, palestras e informações sobre profissões e/ou testes vocacionais para estarem habilitadas a desenvolverem cursos de 2.º grau.

A retirada da característica profissionalizante nesse nível de ensino implicou no fim da condição de terminalidade e um retorno à estrutura propedêutica. Isso implicou no fracasso da reforma do ensino profissionalizante no país.

Dessa forma, as escolas técnicas vocacionais públicas, a partir de 1982, se vêem em condições impróprias de oferecerem o tipo de ensino para o qual foram criadas e aos poucos, a grande maioria, se estruturou em escolas de ensino regular de 1.º e 2.º graus.

As considerações finais sobre esse estudo nos conduzem a uma maior compreensão sobre o processo de implantação do ensino técnico vocacional no Brasil de 1900 a 1982 o que possibilita uma contextualização mais real sobre a criação das escolas vocacionais no país, objeto da pesquisa de mestrado em andamento sobre a Escola Américo René Gianetti em Uberlândia, Minas Gerais.

-
- ⁱ MELLO, Alex Fiúza de. *Capitalismo e Mundialização em Marx*. São Paulo: Editora Perspectiva. Belém: SECTAM – Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente. 2000. P.45.
- ⁱⁱ FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989. P. 5 e 33.
- ⁱⁱⁱ Segundo Marx, a maquinaria é meio de produzir mais valia. Cf. MARX, Karl. *O Capital crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1980. P.424, 428 e 429.
- ^{iv} ROSSI, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista*. São Paulo: Editora Moraes.1980. P. 48.
- ^v SIMONSEM, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP. 1973. P.16.
- ^{vi} SANTOS, Jailson A. dos. *A trajetória da educação profissional*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira e Outros (Org). *500 Anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003. P. 212.
- ^{vii} SIMONSEM, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora nacional e Editora da USP. 1973. P.17.
- ^{viii} CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino dos ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: FLACSO. 2000. P. 82.
- ^{ix} Ibidem. P.129.
- ^x Ibidem. P. 195.
- ^{xi} ZANATA, Marisa (Org). *De Homens e Máquinas: Roberto Mange e a formação profissional*. São Paulo: SENAI. 1991. P. 114.
- ^{xii} ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada. 1980. P. 131.
- ^{xiii} MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: GHIRALDELLI Jr, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez. 1990. P.60.
- ^{xiv} ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada. 1980. P. 153.
- ^{xv} Ibidem. P. 154.
- ^{xvi} TAMBERLINI, Ângela R.M. de B. *Os ginásios vocacionais a dimensão política de um projeto pedagógico transformador*. São Paulo: Annablume: Fapesp. 2001. P. 55.
- ^{xvii} Ibidem. P.60.
- ^{xviii} CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: FLACSO. 2000. P. 127.
- ^{xix} _____. *A Política Educacional no Brasil: A profissionalização no ensino médio*. Rio de Janeiro: Editora Eldorado Ltda. 1977. P.126.
- ^{xx} CUNHA, Luiz Antônio. *A Política Educacional no Brasil: A profissionalização no ensino médio*. Rio de Janeiro: Editora Eldorado Ltda. 1977. P. 191 e 192.
- ^{xxi} _____. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: FLACSO, 2000. P. 205-206.